

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. Sociedade, Direito e norma jurídica .....	1
2. Conflitos de interesses e seus meios de solução .....	3
3. Jurisdição, ação e processo: primeiras observações .....	5

### CAPÍTULO II – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Normas de direito material. Normas de direito processual. Relação entre direito material e processual .....	7
2. Direito processual do trabalho. Direito processual do trabalho individual e coletivo .....	9
3. Fontes do direito processual do trabalho .....	10
4. Autonomia do direito processual do trabalho .....	17
5. Direito processual como direito público. Normas processuais cogentes e dispositivas .....	18
6. A função do direito processual do trabalho. Reflexos da Emenda Constitucional n. 45/2004 no processo do trabalho .....	20
7. Norma processual no tempo – vigência ou eficácia temporal da norma .....	25
8. Norma processual no espaço – eficácia espacial da norma .....	28
9. Princípios de direito processual do trabalho .....	29
10. Interpretação do direito processual do trabalho .....	106
11. Integração do direito processual do trabalho .....	118

### CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Órgãos do Poder Judiciário .....	127
-------------------------------------	-----

2. Atividade jurisdicional ininterrupta. Garantia da razoável duração do processo. Proporcionalidade do número de juízes. Distribuição imediata de processos. Publicidade das decisões administrativas. Súmula vinculante. Fundo de garantia das execuções trabalhistas.....	129
3. Órgãos da Justiça do Trabalho.....	131
4. Tribunal Superior do Trabalho.....	133
5. Tribunais Regionais do Trabalho.....	142
6. Varas do Trabalho .....	149
7. Juízes do Trabalho .....	156
8. Juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista.....	158
9. Serviços auxiliares da Justiça .....	159
10. Regimento Interno dos Tribunais.....	163

## CAPÍTULO IV – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

1. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 .....	165
2. Princípios institucionais .....	165
3. Abrangência.....	166
4. Chefia do Ministério Público da União .....	166
5. Garantias, vedações e deveres de seus membros .....	167
6. Funções institucionais .....	168
7. Ingresso na carreira .....	169
8. Poderes e ônus do Ministério Público no processo. Consequências da falta de manifestação do Ministério Público nos processos em que deveria officiar.....	169
9. Ministério Público do Trabalho .....	170

## CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Jurisdição e competência. Competência de jurisdição.....	177
2. Definição do juiz competente para o caso concreto .....	178
3. Critérios de distribuição da competência. Competência interna e externa.....	179
4. Fontes das normas sobre a competência .....	179
5. Competência da Justiça do Trabalho: generalidades .....	180
6. Competência para a verificação da competência.....	211
7. A perpetuação da competência .....	211
8. Imunidade de jurisdição em matéria trabalhista .....	211

9. Competência internacional da Justiça do Trabalho .....	213
10. Competência material .....	214
11. Competência em razão das pessoas .....	215
12. Competência funcional ou em razão da hierarquia .....	216
13. Competência em razão do lugar, territorial ou de foro. Fixação da competência por distribuição .....	217
14. Competência exclusiva e concorrente. Competência originária .....	217
15. Competência absoluta e relativa. Competência para a ação acessória e incidental .....	218
16. Conexão e continência. Prorrogação da competência. Prevenção .....	220
17. Eleição de foro .....	224
18. Conflitos de competência .....	225
19. Competência da Justiça do Trabalho: questões tópicas .....	228

## CAPÍTULO VI – JURISDIÇÃO E AÇÃO

1. Jurisdição .....	245
1.1. Conceito .....	245
1.2. Finalidades .....	247
1.3. Características .....	248
1.4. Jurisdição na execução .....	251
1.5. Princípios e natureza jurídica .....	251
1.6. Jurisdição voluntária .....	254
1.7. Mecanismos alternativos de solução de conflitos de interesses: arbitragem e Comissões de Conciliação Prévia .....	254
2. Ação .....	259
2.1. Ação e direito de ação .....	259
2.2. A bilateralidade da ação .....	261
2.3. O conceito do direito de ação na doutrina .....	262
2.4. Direito de ação e tutela jurisdicional .....	264
2.5. Teorias sobre a natureza jurídica da ação .....	264
2.6. Pretensão e lide .....	272
2.7. Classificação das ações .....	274
2.8. Ação declaratória .....	277
2.9. As condições da ação na doutrina clássica .....	283

2.10. Uma nova proposta em relação à possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual.....	287
2.11. Elementos identificadores da causa. Identidade de causas. Litispendência. Conexão e continência .....	291
2.12. Cumulações de ações .....	292
2.13. Estabilização da demanda .....	292

## CAPÍTULO VII – PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo.....	295
1.1. Conceito .....	295
1.2. Objeto e finalidades.....	296
1.3. Espécies de processo .....	297
1.4. Natureza jurídica .....	299
1.5. O processo e sua divisão.....	308
1.6. Relação jurídica processual. Sujeitos, objeto e características da relação jurídica processual .....	308
1.7. Pressupostos processuais.....	309
1.8. Formação do processo. Efeitos da propositura da demanda: prevenção, litispendência, litigiosidade da coisa, constituição do devedor em mora e interrupção da prescrição .....	312
1.9. A prescrição trabalhista.....	314
1.10. Suspensão do processo.....	334
1.11. Extinção do processo.....	336
1.12. Processo e procedimento.....	338
2. Procedimento .....	341
2.1. Aspectos gerais .....	341
2.2. Caracteres do procedimento. Caracteres dos procedimentos trabalhistas....	343

## CAPÍTULO VIII – PARTES E PROCURADORES

1. Partes .....	345
2. Capacidade processual. <i>Jus postulandi</i> .....	346
3. Representação das partes em juízo.....	349
4. Incapacidade processual e irregularidade de representação: consequências.....	350
5. Representação das partes por advogado. Honorários advocatícios .....	351
6. Deveres das partes, dos procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo. Litigância de má-fé .....	357

7. Custas e emolumentos. Justiça gratuita. Honorários periciais.....	359
8. Substituição processual.....	366
9. Sucessão processual ou substituição de parte .....	379
10. Representação processual.....	381
11. Litisconsórcio .....	381
12. Intervenção de terceiro.....	389

## CAPÍTULO IX – ATOS PROCESSUAIS

1. Ato processual.....	413
2. Fatos processuais .....	414
3. Negócio processual .....	414
4. Agentes dos atos processuais.....	414
5. Classificação .....	415
6. Atos processuais ilícitos.....	415
7. Atos das partes .....	416
8. Atos do juiz .....	418
9. Atos dos auxiliares da Justiça.....	420
10. Termos processuais .....	421
11. Comunicação dos atos processuais .....	422
12. Forma dos atos processuais .....	428
13. Publicidade dos atos processuais .....	429
14. Idioma nos atos processuais.....	430
15. Modos de expressão. Utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo <i>fac-símile</i> ou outro similar para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita. Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos da Justiça do Trabalho (e-DOC). Processo digital.....	431
16. Lugar dos atos processuais.....	437
17. Tempo dos atos processuais .....	437
18. Prazos processuais.....	439

## CAPÍTULO X – DAS NULIDADES

1. Nulidade: conceito.....	453
2. Defeitos sanáveis e não-sanáveis. Nulidade relativa e absoluta .....	454
3. Ato processual inexistente.....	455



4. Atos meramente irregulares.....	456
5. Nulidade de pleno direito, cominada e não-cominada .....	457
6. Princípios condicionantes da declaração de nulidade do ato processual .....	457
7. A disciplina das nulidades na CLT .....	458
8. Nulidade do processo .....	462
9. Nulidade da sentença .....	463
10. Coisa julgada e nulidade .....	463
11. Erro de procedimento.....	463

## CAPÍTULO XI – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

1. Dissídios individuais .....	465
2. Procedimento .....	466
3. Reclamação trabalhista .....	466
4. Reclamação escrita e verbal .....	467
5. <i>Jus postulandi</i> .....	467
6. Protocolo, distribuição e registro da reclamação .....	468
7. Petição inicial. Requisitos da petição inicial. Causa de pedir. Valor da causa. Impugnação do valor da causa. Especificação de provas .....	469
8. Emenda, complemento e indeferimento da petição inicial .....	473
9. Repetição da ação. Aplicação do art. 268 do CPC no processo do trabalho .....	476
10. Aditamento da petição inicial. Modificação do pedido e da causa de pedir ....	477
11. Pedido. Pedido imediato e mediato .....	477
12. Notificação do réu/reclamado .....	480
13. Audiência .....	482
14. Presença do reclamante na audiência. Arquivamento da reclamação.....	483
15. Presença do reclamado na audiência. Revelia e confissão .....	484
16. Preposto .....	488
17. Conciliação.....	490
18. Desistência da reclamação .....	492
19. Resposta do reclamado .....	492

## CAPÍTULO XII – PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E SUMÁRIO

1. Procedimento sumaríssimo.....	507
2. Procedimento sumário .....	526

## CAPÍTULO XIII – DAS AUDIÊNCIAS

1. Essencialidade para o processo .....	529
2. Princípios que informam a audiência.....	529
3. Designação da audiência .....	530
4. Lugar e limites temporais para a realização da audiência.....	530
5. Documentação .....	531
6. Abertura. Tolerância de atrasos do juiz e das partes .....	531
7. O juiz na audiência .....	532
8. Prazo para realização .....	532
9. Adiamento e interrupção da audiência.....	532
10. Comparecimento das partes e auxiliares da Justiça .....	533
11. Conciliação. Julgamento <i>prima facie</i> .....	533
12. Resposta do reclamado.....	536
13. Instrução do processo.....	537
14. Razões finais.....	537
15. Julgamento .....	538

## CAPÍTULO XIV – DAS PROVAS

1. Conceito .....	539
2. Finalidade da prova. Verdade real e formal. Verdade e convencimento sobre a verdade. Destinatários da prova.....	540
3. Objeto abstrato e concreto da prova. Prova do Direito. Dos fatos que dispensam prova para serem tidos como verdadeiros. Prova do fato negativo .....	542
4. Classificação das provas. Natureza jurídica das normas relativas às provas .....	546
5. Meios de prova. Fontes de prova. A liberdade quanto aos meios de prova.....	549
6. Prova ilícita .....	550
7. Direito à prova. Cerceamento do direito de defesa. Crítica à prova.....	553
8. Procedimento probatório. Lugar de produção da prova.....	555
9. Iniciativa da prova .....	557
10. Momento para a produção da prova. Produção antecipada de prova.....	562
11. Produção da prova em audiência. Revelia e prova .....	562
12. Prova emprestada .....	564
13. Avaliação da prova. Hierarquia dos meios de prova. Modelos ou critérios de constatação. Conflito de provas.....	565

14. Princípios pertinentes às provas .....	569
15. Ônus de prova .....	571
16. Dos deveres das partes e terceiro em matéria de prova.....	584
17. Interrogatório e depoimento pessoal .....	585
18. Confissão.....	589
19. Prova testemunhal .....	592
20. Prova documental .....	604
21. Prova pericial.....	618
22. Inspeção judicial.....	624
23. Presunções .....	625
24. Regras ou máximas de experiência.....	627

## CAPÍTULO XV – SENTENÇA E COISA JULGADA

1. Sentença.....	629
2. A legitimidade das decisões judiciais no Estado Democrático de Direito .....	641
3. Coisa julgada.....	651

## CAPÍTULO XVI – RECURSOS. CORREIÇÃO PARCIAL

1. Recursos .....	669
1.1. Conceito e natureza jurídica .....	669
2. Classificação.....	670
3. Atos sujeitos a recurso no processo do trabalho .....	671
4. Recursos admissíveis no processo do trabalho .....	673
5. Efeitos dos recursos .....	673
6. Forma de interposição e fundamentação do recurso. Juntada de documentos na fase recursal.....	675
7. De quem pode subscrever petição de recurso .....	678
8. Da lei que rege o recurso.....	678
9. Princípios informadores do sistema recursal.....	678
10. Pressupostos de admissibilidade do recurso .....	680
10.1. Conceito. Súmula impeditiva de recurso.....	680
10.2. Pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos. ....	682
10.3. Pressupostos subjetivos e objetivos. ....	682
11. Recurso adesivo.....	695
12. Desistência e renúncia do recurso. Aceitação da decisão.....	698
13. <i>Reformatio in pejus</i> .....	699



14. Litisconsórcio e recurso.....	700
15. Embargos de declaração.....	700
16. Recurso ordinário .....	707
17. Recurso de revista.....	712
18. Embargos.....	718
19. Agravo de instrumento.....	721
20. Recurso extraordinário.....	724
21. Agravo de petição.....	726
22. Agravo regimental .....	727
23. Agravo inominado ou interno .....	728
24. Correição parcial ou reclamação correicional .....	729

## CAPÍTULO XVII – AÇÃO RESCISÓRIA

1. Noções gerais .....	731
2. Objeto da rescisão .....	732
3. Admissibilidade no processo do trabalho .....	735
4. Pressupostos da ação rescisória.....	735
5. Prazo para propositura da ação rescisória.....	736
6. Requisitos da petição inicial. Valor da causa.....	737
7. Legitimidade ativa e passiva na ação rescisória .....	739
8. Competência.....	740
9. Procedimento. Defesa do réu. Instrução e julgamento .....	740
10. Hipóteses de cabimento.....	741
11. Decisão na ação rescisória. Cumulação do pedido de rescisão com o de novo julgamento da causa. Restituição de parcelas já pagas por força da decisão rescindenda .....	755
12. Recursos.....	756
13. Efeitos da propositura da ação rescisória sobre a execução .....	757
14. Honorários advocatícios na ação rescisória.....	757
15. Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória .....	757
16. Sentença homologatória de acordo. Sentença nula e ação rescisória .....	759

## CAPÍTULO XVIII – DISSÍDIOS COLETIVOS. AÇÃO DE CUMPRIMENTO

1. Conflito coletivo de interesses .....	761
2. Formas de solução do conflito coletivo de interesses.....	761

3. Classificação dos dissídios coletivos.....	763
4. Poder normativo da Justiça do Trabalho.....	764
5. A prévia negociação coletiva como condição para a instauração do dissídio coletivo. A exigência de acordo para a instauração do dissídio coletivo de natureza econômica.....	766
6. Sentença normativa. Âmbito de aplicação da sentença normativa. Incorporação das cláusulas da sentença normativa aos contratos de trabalho .....	772
7. Limites do poder normativo. Conteúdo da sentença normativa .....	773
8. Competência .....	777
9. Legitimidade para requerer a instauração do dissídio .....	778
10. Requisitos da petição inicial.....	779
11. Procedimento no dissídio coletivo de natureza econômica .....	781
12. Vigência da sentença normativa .....	785
13. Recursos contra a sentença normativa. Medida cautelar para suspender a eficácia de sentença normativa.....	786
14. Extensão da sentença normativa .....	787
15. Dissídio de revisão ou modificativo .....	789
16. Dissídio de natureza jurídica ou de interpretação.....	790
17. Dissídio de greve.....	790
18. Cumprimento da sentença normativa. Ação de cumprimento .....	792

## CAPÍTULO XIX – PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Da execução em geral .....	797
1.1. Notas introdutórias .....	797
1.2. Ação executiva ou executória.....	799
1.3. Meios de execução .....	799
1.4. Autonomia do processo de execução de título executivo judicial. Processo sincrético. A disciplina da execução no CPC e seus reflexos no processo do trabalho .....	800
1.5. Execução espontânea e forçada.....	814
1.6. Princípios informativos do processo de execução.....	814
1.7. Pressupostos específicos da execução .....	816
1.8. Título executivo: aspectos gerais, funções do título, títulos executivos trabalhistas, liquidação do título executivo .....	817
1.9. Inadimplemento do devedor .....	827

1.10. Modalidades de execução.....	828
1.11. Objeto da execução .....	828
1.12. Execução trabalhista: disciplina legal.....	828
1.13. Desistência da execução .....	829
1.14. Cumulação de execuções.....	830
1.15. Competência para a execução .....	830
1.16. Legitimidade ativa e passiva na execução .....	831
1.17. Responsabilidade patrimonial .....	847
1.18. Responsabilidade executória primária e secundária (legitimidade passiva extraordinária): aspectos gerais, penhora de bens de sócios, fraude à execução .....	847
1.19. Execução definitiva e provisória.....	858
1.20. Atentado à dignidade da justiça .....	861
1.21. Direito de preferência sobre os bens penhorados .....	862
1.22. Requisitos da petição inicial na execução por título extrajudicial.....	862
1.23. Escolha da forma de execução. Medidas acautelatórias .....	862
1.24. Interrupção da prescrição relativa à pretensão executiva.....	863
1.25. Nulidade da execução .....	863
1.26. Alienação de bens gravados por hipoteca, anticrese ou usufruto e seus efeitos na execução. Intimação do credor.....	864
1.27. Execução de forma menos gravosa para o devedor .....	864
1.28. Reunião de execuções .....	864
1.29. Suspensão da execução: aspectos gerais, efeitos da propositura da ação rescisória na execução .....	864
2. Execução por quantia certa .....	866
2.1. Finalidade .....	866
2.2. Procedimento .....	866
2.3. Dos bens penhoráveis e impenhoráveis.....	872
2.4. Excesso de penhora e excesso de execução.....	883
2.5. Prisão do depositário infiel .....	883
2.6. Embargos à execução.....	886
2.7. Embargos de terceiro .....	893
2.8. Exceção de pré-executividade .....	898
2.9. Impugnação da sentença de liquidação pelo credor.....	900
2.10. Liberação de crédito incontroverso .....	900

2.11. Pagamento do credor: Aspectos gerais. Entrega de dinheiro ao credor. Preferência de recebimento quando da existência de mais de um credor. Arrematação. Participação do credor na arrematação. Preço vil, Adjudicação dos bens penhorados. Usufruto de móvel ou imóvel.....	901
2.12. Execução contra a Fazenda Pública .....	908
2.13. A execução do devedor solidário e subsidiário .....	912
2.14. Remição da execução. Substituição dos bens penhorados.....	912
2.15. Execução de contribuições previdenciárias pela Justiça do Trabalho.....	913
3. Das demais espécies de execução .....	925
3.1. Introdução .....	925
3.2. Da execução para entrega de coisa .....	926
3.3. Execução para entrega de coisa incerta.....	927
3.4. Execução das obrigações de fazer.....	927
3.5. Execução de obrigação de não fazer .....	929
3.6. Disposições comuns à execução para entrega de coisa e de obrigação de fazer e de não fazer .....	929
4. Da extinção da execução .....	929

## CAPÍTULO XX – TUTELA CAUTELAR, ANTECIPADA, INIBITÓRIA E AUTOSATISFATIVA

1. Considerações gerais sobre a tutela cautelar, antecipada e inibitória .....	931
2. Tutela cautelar .....	932
3. Pressupostos para o deferimento de medida cautelar. Mérito do processo cautelar ....	936
4. Poder geral de cautela .....	939
5. Medidas cautelares <i>ex officio</i> .....	940
6. Medidas cautelares típicas, atípicas, preparatórias e incidentes .....	941
7. Legitimidade .....	942
8. Competência. Competência cautelar em processo em grau de recurso .....	942
9. Requisitos do pedido de cautela .....	943
10. Procedimento. Notificação e resposta do requerido. Consequências da ausência de contestação. Instrução do processo cautelar. Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i> . Contracautela.....	943
11. Substituição, eficácia, revogação e modificação da medida cautelar .....	946
12. Decisões no processo cautelar. Coisa julgada. Julgamento do mérito da ação principal na ação cautelar. Custas e honorários no processo cautelar. Recursos no processo cautelar .....	948



13. Responsabilidade do requerente da medida cautelar .....	950
14. Procedimentos cautelares específicos regulados no CPC compatíveis com o processo do trabalho .....	951
15. Arresto.....	951
16. Sequestro.....	954
17. Busca e apreensão .....	956
18. Exibição .....	957
19. Produção antecipada de prova.....	957
20. Justificação.....	960
21. Protestos, notificações e interpelações. Contraprotesto.....	961
22. Atentado .....	963
23. Antecipação de tutela.....	964
24. Tutela inibitória.....	981
25. Tutela autosatisfativa .....	985

## CAPÍTULO XXI – DIREITO PROCESSUAL COLETIVO DO TRABALHO

1. Observações introdutórias .....	997
2. Ação coletiva. Processo coletivo. Jurisdição coletiva. Tutela jurisdicional coletiva de interesses ou direitos.....	998
3. Ações coletivas trabalhistas. Requisito para a propositura da ação coletiva.....	1001
4. A importância das ações coletivas e da tutela coletiva de direitos .....	1002
5. Legitimidade para as ações coletivas.....	1004
6. Competência nas ações coletivas .....	1006
7. Relação entre ação coletiva e ação individual: litispendência.....	1008
8. A prova nas ações coletivas .....	1009
9. Coisa julgada material nas ações coletivas.....	1010
10. Prescrição nas ações coletivas.....	1014
11. Desistência da ação coletiva. Confissão, renúncia e transação nas ações coletivas.....	1016
12. Procedimento nas ações coletivas trabalhistas.....	1018
13. Medidas de urgência nas ações coletivas .....	1018
14. Ação coletiva com pretensão reparatória e inibitória. Cumulação de ações .....	1019
15. Ação civil coletiva.....	1019



## CAPÍTULO XXII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Justificativa da existência de procedimentos especiais .....	1023
2. Ações e procedimentos especiais.....	1027
3. Disciplina legal dos procedimentos especiais. O procedimento ordinário como procedimento regra.....	1027
4. Procedimentos especiais trabalhistas .....	1027
5. Ações especiais reguladas no CPC, Constituição Federal e legislação extravagante compatíveis com o processo do trabalho .....	1039
BIBLIOGRAFIA .....	1097